

RURAL FAX
SEU BANCO NA
PONTA DOS DEDOS

Banco RURAL

24 NOV 1993

Negócios

& FINANÇAS

ÍNDICE

Internacional	2
Informe Econômico	3
Pacote fiscal	3
Juros e bolsa	4
Petrobrás lança bônus.....	5
Aumento dos combustíveis.....	5
Portos e Navios	7
Negócios	8

Governo planeja liberação do câmbio

■ Medida servirá para induzir o mercado a aceitar o novo indexador diário e permitirá redução das expectativas inflacionárias.

NÉLIA MARQUEZ
ECRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — A liberação gradual do câmbio — maior facilidade para abrir contas e fazer remessas ao exterior — deverá ser o instrumento que a equipe econômica poderá utilizar como forma de induzir o mercado a aceitar o novo indexador diário, não compulsório.

Esse indexador refletirá a inflação presente eliminando toda a contaminação de taxas passadas. Esta é a alternativa que tem a maior adesão entre os integrantes da equipe por permitir a desindexação gradual da economia, desvinculando os reajustes de preços da inflação passada.

A estratégia, que nada tem a ver com a dolarização, tem a vantagem de não quebrar contratos e de evitar a aplicação de vetores ou tablitas para reduzir a expectativa inflacionária embutida em todas as relações comerciais ocorridas atualmente no país.

Liberação do câmbio

A estratégia em estudos considera que, com a liberação do câmbio, as empresas brasileiras tenderiam a buscar empréstimos no exterior, onde a taxa de juros é bem mais baixa — 35% no Brasil contra 9% no exterior. Em consequência da redução do custo financeiro, as empresas poderiam reduzir os seus preços e, assim, a inflação. De quebra, a medida favoreceria a retomada do crescimento econômico.

Com inflação mais baixa, o governo teria espaço para induzir o mercado a utilizar o novo indexador como referencial. Além do fato de que deixaria de ser vantajoso para as empresas manter seus preços indexados a índices com trajetória de queda, a credibilidade do novo indexador seria atraente.

Ajuste fiscal — Os técnicos do Ministério da Fazenda insistem, porém, que a estratégia do câmbio só daria certo com a consolidação do ajuste fiscal, que reduziria a necessidade de emissão de títulos para cobrir despesas. Sem o ajuste, o país correria o risco de viver uma dolarização informal, tal como aconteceu na Argentina.

Num primeiro momento da liberação cambial, o governo elevaria as taxas de juros para evitar uma corrida ao dólar. Seriam adotadas também medidas de estímulo às exportações, prejudicadas pela valorização de cruzeiro real — consequência de toda a política de estabilização econômica — e a perda de competitividade do produto brasileiro. Alguns economistas admitem a utilização de parte das reservas — de US\$ 28 bilhões — para financiar as exportações e a redução da carga tributária dos principais produtos da pauta comercial brasileira.

Monopólio — A liberação cambial implicaria também na quebra do monopólio do Banco Central na aquisição dos dólares que entram e saem do país. O BC continuaria a garantir a cotação ideal do câmbio, mantendo-a numa trajetória sempre descendente em relação à inflação.

□ O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, reafirmou ontem que a base do seu plano econômico é o ajuste das contas públicas. “Não adianta fazer milagres se não se fizer um trabalho duro para controlar o gasto público”, disse. Ele desmentiu que sua equipe esteja planejando utilizar tablitas e vetores para forçar a utilização do novo indexador da economia, mas não disse qual será a regra de passagem. “Quem falou sobre tablita está mal informado”, afirmou Fernando Henrique. Foi o próprio ministro que tomou a iniciativa de fazer tal declaração, antes mesmo que algum jornalista lhe fizesse alguma pergunta sobre o assunto.

Brasília — Josemar Gonçalves



Ministro Fernando Henrique Cardoso quer eliminar inflação passada e a contaminação de taxas

AS DÚVIDAS

As informações das autoridades da área econômica sobre a terceira fase do plano econômico geraram até agora mais dúvidas do que certezas. Ainda não há respostas para a maioria das questões sobre o funcionamento do novo indexador.

■ **O novo indexador será único, diário e obrigatório?**

■ O diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Pinto, já confirmou que o indexador será diário. Ele descartou a tese de indexador único, mas garantiu que o seu uso será voluntário pelo mercado.

■ **Como o governo poderá incentivar o uso do novo indexador?**

■ Uma das formas é a liberação cambial. O argumento que orienta esses estudos mostra que se as empresas puderem tomar empréstimos no exterior terão taxas de juros mais baixas, custos financeiros menores e, em consequência, não terão tanta despesa a transferir para os preços. O resultado será a inflação mais baixa. A opção pelo novo indexador aconteceria aí: o empresário substituiria o índice que mostra preços em queda pelo novo referencial.

■ **Os outros índices continuariam a ser apurados?**

■ Até agora, os técnicos do governo garantem que sim. A idéia é que os outros índices deixem de ser apurados gradativamente, a partir do momento em que as empresas os forem substituindo pelo novo indexador.

■ **Será possível continuar utilizando os índices atuais?**

■ Os técnicos têm garantido que não será proibido o

uso de outros índices. A troca de indexadores será voluntária, asseguram.

■ **O governo vai usar o novo indexador também em suas contas?**

■ Este é um ponto mantido sob reservas. Na Receita Federal, porém, o temor é que uma troca de índices provoque uma brutal queda na arrecadação, como ocorreu em 1991. Todos os impostos são indexados à Ufir.

■ **Como calcular a inflação presente?**

■ Aparentemente é simples: é só tirar a memória da inflação do mês passado (inflação mercial) e eliminar as expectativas de um índice maior. Alguns técnicos alertam que a inflação presente — também chamada de inflação real — só pode existir com a desindexação total da economia.

■ **Como ficam os contratos de aluguel?**

■ Os técnicos ainda não deixaram claro como será a troca de indexadores. A idéia é que a mudança seja feita por negociação entre os interessados.

■ **Haverá tablita?**

■ Técnicos do Ministério da Fazenda argumentam que não existe choque econômico sem tablita e vetor. A equipe de assessores de Fernando Henrique, porém, nega a utilização desses instrumentos. Não haverá quebra de contrato, garantem. No mercado, existe a expectativa de uma taxa de conversão entre o novo indexador e os antigos, a exemplo do que existe entre dólar e cruzeiro real.